

Esta coluna contém informação e opinião

POLÍTICA
E PODER



Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br

com Henrique Ternus
henrique.ternus@zerohora.com.br

Pacto contra feminicídio precisa de dados confiáveis

À primeira vista, quem olha o relatório produzido em conjunto pelas seis deputadas federais gaúchas tem a sensação de que o Rio Grande do Sul é o pior Estado do Brasil para uma mulher viver. Porque o documento diz que o RS é o Estado com o mais elevado número de mulheres com medida protetiva assassinadas por ex-namorados, maridos ou companheiros, com base em dados do Anuário da Segurança Pública.

Antes de qualquer conclusão, é preciso dizer que, de acordo com a mesma publicação, o Estado é o segundo com maior número de medidas protetivas concedidas com base na Lei Maria da Penha, perdendo apenas para São Paulo.

Para que as mulheres não pensem que a medida protetiva não protege, convém esclarecer que, das 10 mulheres assassinadas na Páscoa de 2025, fato que levou as deputadas a criarem a comissão, nove não haviam registrado queixa. E em nenhum dos casos de 2025 ou 2026 o agressor estava sendo monitorado pela tornozeleira.

Os dados do anuário são importantes para a adoção de políticas públicas. O pacto contra o feminicídio, lançado ontem pelo presidente Lula,

precisa se basear em dados confiáveis para que tenha resultados efetivos. Se é ruim saber que morreram mulheres com medida protetiva no Rio Grande do Sul, pior ainda é constatar que em outros Estados o feminicídio não é registrado como tal ou que as mulheres não têm a cultura da denúncia.

RS é o segundo em medidas protetivas

Em 2023, o Rio Grande do Sul registrou 85 feminicídios. Em 2024, foram 74. Em cada um desses dois anos, havia cerca de 50 mil mulheres com medida protetiva, o que atesta duas coisas. Primeiro, a alarmante violência doméstica. Segundo, a consciência de que é preciso pedir socorro.

Para efeito de comparação, São Paulo teve 221 feminicídios em 2023 e 253 em 2024. As medidas protetivas somaram 88.732 e 97.326, respectivamente. Minas Gerais, o segundo Estado mais populoso do país, teve 186 mortes de mulheres por questões de gênero em 2023 e 163 em 2024. Não há dados no anuário sobre medidas protetivas pedidas e concedidas pelo Judiciário. —

03

OAB lidera manifestação por mudanças no Supremo

DIEGO MENDES, DIVULGAÇÃO



Presidente Leonardo Lamachia apresentou carta aberta

A seção gaúcha da OAB reuniu entidades da sociedade civil para pedir mudanças no Supremo Tribunal Federal, como corrigir excessos e resgatar a credibilidade da Corte. O ato, realizado na manhã de ontem no Auditório OAB Cubo, terminou com a assinatura de uma carta aberta.

A carta sugere, entre os pon-

tos centrais, o fim de inquéritos abertos de ofício pelo próprio STF, defendendo que a iniciativa de investigações deve permanecer com o Ministério Público. Também propõe limitar decisões individuais de ministros. As entidades pedem a retirada de sigilo de processos com alto interesse público, como o caso envolvendo o Banco Master. —

01

Relatório aponta falha na prevenção

Baixo investimento, desarticulação de políticas públicas e fragilidades na rede de atendimento. Estas são as conclusões da Comissão Externa criada por seis deputadas federais gaúchas para acompanhar os casos de feminicídios no RS. O relatório final será apresentado na próxima terça-feira, às 9h, na Assembleia Legislativa.

Foram oito meses de trabalho da comissão, que realizou cerca de 40 audiências públicas e visitas técnicas em diferentes regiões do Estado. O objetivo dos parlamentares Fernanda Melchionna (PSOL), Any Ortiz (Cidadania), Franciane Bayer (Republicanos), Daiana Santos (PCdoB), Denise Pessôa (PT) e Maria do Rosário (PT) era buscar soluções baseadas na realidade encontrada nos territórios, nas legislações estadual e federal e em estudos e pesquisas.

A secretária da Mulher, Fábia Richter, anunciou a realização de uma campanha de conscientização com foco no público masculino. —

02

Lipi anuncia apoio do PT a Juliana, mas cúpula petista nega

INSTAGRAM, REPRODUÇÃO



Presidente do PDT se encontrou com Edinho ontem, em Brasília, para discutir o cenário eleitoral

Os presidentes nacionais do PT, Edinho Silva, e do PDT, Carlos Lipi, divergiram publicamente após se reunirem em Brasília, ontem, para discutir o cenário eleitoral.

Lipi saiu do encontro anuciando o compromisso de apoio do PT a Juliana Brizola no Rio Grande do Sul e a outros dois pré-candidatos a governador do PDT. Edinho garantiu que a conversa não

definiu palanques estaduais.

O episódio reacendeu a discussão sobre a aliança entre PDT e PT no Estado. No momento, os dois partidos mantêm, respectivamente, Juliana e Edgar Pretto como pré-candidatos ao Palácio Piratini.

A agitação começou às 14h38min, quando Lipi publicou nas redes sociais uma imagem ao lado de Edinho. Na legenda, escreveu que recebeu

“a confirmação do compromisso petista” de apoiar Juliana no RS, Alexandre Kalil em Minas Gerais e Requião Filho no Paraná.

Menos de uma hora depois, o PT nacional publicou nota em que descreve o encontro como “um diálogo de alto nível sobre a reeleição do presidente Lula”, mas nega a definição de candidaturas dos Estados. —

Colaborou Paulo Egídio

04

Cherini assume Comissão de Saúde

Com 38 votos favoráveis e seis em branco, Giovani Cherini (PL-RS) foi eleito ontem presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Na pandemia, Cherini foi defensor de tratamentos sem eficácia comprovada para a covid-19, como o uso da ivermectina, e encampou as críticas do presidente Jair Bolsonaro às vacinas. Foi, também, um dos principais articuladores pela aprovação da lei que autoriza o uso de ozonioterapia para tratamento complementar de doenças. —



Convidada pelo PSDB para concorrer ao Senado ou a deputada federal, a ex-governadora Yeda Crusius não será candidata. Prefere dar uma contribuição apartidária ao debate.